



Garantir o reajuste nos repasses ao PNAE:

uma questão de Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável.

O **Conselho Federal de Nutricionistas**, autarquia federal sem fins lucrativos representada por nutricionistas atuantes em todos os níveis da atenção à saúde nos 11 regionais do **Sistema CFN/CRN**, externa preocupação sobre a notícia do congelamento dos valores repassados pela União para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

De acordo com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA-2023) enviado ao poder Executivo, no Art. 25. parágrafo 3º - consignar dotações que contemplem valores per capita para oferta da alimentação escolar a serem repassados a Estados, Distrito Federal e Municípios - o reajuste no repasse estaria garantido. Porém, esse artigo foi vetado pela Presidência da República.

De acordo com a Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (Fian-Brasil), essa proposta permitiria uma recomposição nos repasses ante a defasagem imposta pelo congelamento de cinco anos nesses valores, com um reajuste de 34%.

O CFN destaca que o Pnae é uma das principais políticas públicas voltadas a garantir o direito humano à alimentação e nutrição adequadas (DHANA), atendendo, diretamente, cerca de 40 milhões de estudantes em todo o Brasil. Indiretamente, o Pnae movimenta toda a cadeia produtiva da alimentação nos municípios, promovendo o desenvolvimento, emprego e renda para milhares de famílias.

Também destacamos que a alimentação escolar adequada é fundamental para boa parte das famílias brasileiras em um contexto de insegurança alimentar no país, com 33,1 milhões de pessoas passando fome, atingindo 18,1% das crianças menores de 10 anos.

Neste sentido, o CFN apoia a campanha ***Derruba veto, reajusta Pnae***, lançada pelo Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ), na última terça-feira (6), na qual pede que o presidente do Senado (e do Congresso), Rodrigo Pacheco (PSD), convoque a sessão que pode restabelecer o texto aprovado pelos próprios deputados e senadores na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Assim, o Conselho Federal de Nutricionistas também firma o compromisso coletivo, ratifica a sua missão institucional e se manifesta perante o Congresso Nacional pedindo sensibilidade aos parlamentares para um reajuste no repasse ao Pnae que viabilize a execução plena deste importante programa de estado. Isso terá como resultado mais saúde, desenvolvimento, emprego e dignidade para as crianças, na escola, e para as famílias brasileiras.

Conselho Federal de Nutricionistas